



GT 021. Antropologia e tecnociência: teorias, métodos e perspectivas

Fabiola Rohden (UFRGS) - Coordenador/a, Marko Synésio Alves Monteiro (UNICAMP) - Coordenador/a, Jane Araújo Russo (IMS-UERJ) - Debatedor/a, Fabrício Monteiro Neves (Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Guilherme José da Silva e Sá (Departamento de Antropologia - UnB) - Debatedor/a)

O objetivo deste GT é promover a discussão sobre as interfaces entre ciência, tecnologia, sociedade e poder, a partir da produção antropológica contemporânea. Dessa forma, busca ampliar o espaço de discussão do campo da Antropologia da Ciência e da Tecnologia, tanto no sentido de consolidar debates em andamento quanto na intenção de refletir sobre as perspectivas dessas investigações para o futuro. Temas como biossocialidades, biomedicalização, práticas de produção de conhecimento em laboratórios e as interfaces entre conhecimentos científicos e não científicos têm sido muito investigados em anos recentes. Ao lado desses temas, questões como as relações entre humanos-não humanos (dentro e fora de instituições científicas), redes de produção de ciência e tecnologia e as interações entre "nós" e cosmologias não ocidentais vêm dando cada vez mais densidade à reflexão antropológica. Ao lado da renovação dos temas de pesquisa, antropólogos/as envolvidos com a tecnociência vêm também ajudando a reconstruir teorias. Seja na crítica da Teoria Ator-Rede, ou no efervescente campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, temas como associações, performactivity e políticas ontológicas vêm ganhando terreno na análise social, com forte participação de antropólogos/as e do método etnográfico. O GT buscará reunir trabalhos que ajudem a construir uma reflexão sobre o papel que a Antropologia vem tendo nesse cenário de reflexões.

Guerra por água: os Mëbengokre-Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá e os Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu contra os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Autoria: Thais Regina Mantovanelli da Silva

Em vinte de abril de 2010, o leilão para concessão e comercialização de energia da Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi realizado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) com uma duração histórica de apenas sete minutos. Esses sete minutos alteraram de forma irreversível a vida dos vários povos indígenas e ribeirinhos da região de Altamira, inaugurando o que chamo de "era dos impactos". Minha apresentação irá se referir aos impactos da barragem do ponto de vista de dois povos especificamente: os Juruna Yudjá da Volta Grande do Xingu e os Mëbengokre-Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá. Trata-se de destacar etnograficamente os engajamentos estéticos e as práticas narrativas dos impactos desses povos que são negligenciados nos documentos oficiais de monitoramento dos impactos da obra. Apesar desse negligenciamento, os Mëbengokre-Xikrin e os Juruna Yudjá insistem em afirmar suas assustadoras teorias de impactos decorrentes do barramento do Xingu e da drástica diminuição dos regimes de cheia. Em vários momentos, especialmente em situações de reunião com a empresa concessionária, esses povos tem questionado com veemência os dados do monitoramento oficial apresentado pelo órgão empreendedor e por técnicos especialistas contratados pela Norte Energia. Ao expressarem seus questionamentos que contradizem os dados oficiais, ambos povos defendem a validade das teorias e das narrativas de impacto condizentes com as formulações das pessoas moradoras das aldeias em suas Terras Indígenas: a Trincheira-Bacajá e a Paquicamba da Volta Grande do Xingu. Assim, proposta dessa apresentação é levar essas reivindicações às últimas consequências, de modo a problematizar maneiras pelas quais as teorias de



impactos desses povos afetados pela barragem de Belo Monte impactem também discursos científicos presentes nos relatórios de impacto, elaborado pelas empresas, e análises antropológicas da escrita etnográfica.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

